

MULHERES RURAIS EM LUTAS PELA TERRA: SABERES E CUIDADOS COM ERVAS MEDICINAIS

Juliana de Almeida Costa¹

 <https://orcid.org/0000-0002-1380-2737>

Joel Orlando Bevilaqua Marin²

 <https://orcid.org/0000-0001-7438-7939>

RESUMO

O artigo tem por objetivo compreender como as mulheres do MST do RS constroem processos de autonomia e participação política a partir dos saberes e práticas em torno das plantas medicinais, ressignificando o cuidado. A pesquisa, com abordagem qualitativa, envolveu entrevistas semiestruturadas com seis mulheres assentadas em diferentes regiões do RS, consideradas referências na temática de plantas medicinais. As mulheres rurais se inseriram na luta pela terra a partir das práticas do cuidado da família e da comunidade. As práticas e concepções de cuidado foram ressignificadas ao longo de suas trajetórias de vida e da mobilização de seus saberes e de suas lutas em defesa do meio ambiente e da vida no planeta, o que influenciou, inclusive, na tomada de decisão do MST pela produção de alimentos saudáveis, possibilitando a realização de ações de solidariedade promovidas pelo MST na atualidade, durante a pandemia por Covid-19.

Palavras-chave: Mulheres Rurais. MST. Plantas Medicinais. Cuidado. Autonomia.

THE STRUGGLE FOR THE LAND FROM THE CONCEPTION OF WOMEN, THEIR KNOWLEDGE AND CARE

ABSTRACT

This article aims to understand how the women of the MST in RS build processes of autonomy and political participation from knowledge and practices around medicinal plants, giving new meaning to care. The research, with a qualitative approach, involved semi-structured interviews with six women settled in different regions of RS, considered references in the theme of medicinal plants. Rural women entered the struggle for land based on family and community care practices. The practices and conceptions of care were re-signified throughout their life trajectories and the mobilization of their knowledge and their struggles in defense of the environment and life on the planet, which also influenced the decision-making of the MST for food production. healthy, making it possible to carry out solidarity actions promoted by the MST today, during the Covid-19 pandemic.

Keywords: Rural Women. MST. Medicinal Plants. Care. Autonomy.

LA LUCHA POR LA TIERRA DESDE LA CONCEPCIÓN DE LA MUJER, SU CONOCIMIENTO Y CUIDADO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender cómo las mujeres del MST en RS construyen procesos de autonomía y participación política a partir de saberes y prácticas en torno a las plantas medicinales, ressignificando el cuidado. La investigación, con enfoque cualitativo, involucró entrevistas semiestruturadas con seis mujeres asentadas en diferentes regiones de RS, consideradas referentes

¹Mestre em Extensão Rural, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da UFSM, julianaalmeidacosta2017@gmail.com.

² Prof. Dr. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da UFSM, joel.marin@ufsm.br.

en el tema de las plantas medicinales. Las mujeres rurales ingresaron a la lucha por la tierra a partir de prácticas familiares y comunitarias de cuidado. Las prácticas y concepciones de cuidado fueron resignificadas a lo largo de sus trayectorias de vida y la movilización de sus saberes y sus luchas en defensa del medio ambiente y la vida en el planeta, lo que también influyó en la toma de decisiones del MST para la producción de alimentos saludables, posibilitando la realización de acciones solidarias impulsadas por el MST hoy, durante la pandemia del Covid-19.

Palabras clave: Mujeres Rurales. MST. Plantas Medicinales. Cuidado. Autonomía.

INTRODUÇÃO

As mulheres rurais, nossas interlocutoras nessa pesquisa, são trabalhadoras, assentadas em projetos da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, que se autodenominam “Sem Terra” por uma construção identitária de cunho político-ideológico e reafirmação de vínculos com o MST. São mulheres rurais que integram as camadas mais populares e menos abastadas, mas detentoras de saberes e de práticas populares. Esses saberes lhes foram transmitidos ainda na infância, nas convivências familiares e comunitárias, mas ganharam novos significados nos processos de lutas pela terra e nos trabalhos nos assentamentos rurais.

As mulheres rurais assentadas da reforma agrária se mobilizam fortemente em torno das plantas medicinais. Pela apropriação de saberes e fazeres sobre ervas medicinais, elas não só se sentem aptas a contribuir, uma vez que contribuem em muitos outros temas importantes ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), como também se sentem valorizadas e têm prazer nessa contribuição. Os setores de saúde e de educação do MST se constituíram como portas de entrada para que muitas mulheres protagonizassem processos de autonomia pela mobilização de saberes e de fazeres ancestrais, que permitem a construção de novos aprendizados, pelos diálogos e experiências em torno dos cuidados com a vida das pessoas e com o meio ambiente. Dessa forma, muitas das mulheres que se consolidaram como referências sociais dentro do MST têm, entre as marcas de atuação, domínios de saberes sobre plantas medicinais, cuidados e saúde.

Este estudo tem por objetivo compreender como mulheres rurais, assentadas em projetos de reforma agrária do Rio Grande do Sul, constroem, a partir dos saberes e das práticas populares em torno das plantas medicinais, relações e processos de autonomia social e de autoafirmação nas lutas pela terra e nas questões ambientais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que originou este artigo é de ordem qualitativa. Entendemos que as relações de mulheres assentadas com as plantas medicinais são constituídas de práticas, saberes, sentimentos, afetos, vivências e experiências coletivas. Essa complexidade dessas relações justifica nossa escolha por uma abordagem de pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (1993, p. 21), a pesquisa qualitativa se dedica a analisar um nível de realidade difícil ou impossível de ser mensurado em

números, na medida em que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa realizada para uma dissertação de mestrado durante o ano de 2019, que teve influências tanto de vivências como extensionista ao longo de 14 anos, permitindo desfrutar de socializações e de afetos com essas mulheres, quanto da vivência como orientador, docente e pesquisador das temáticas de gênero e de gerações em espaços sociais rurais. Essas experiências, enquanto pesquisadores, baseiam-se na rica vivência de campo, experimentada em torno das nossas trajetórias profissionais e pessoais, que foram impulsionadas pela oportunidade acadêmica de refletir sobre tais processos.

As articulações de aspectos da realidade social das mulheres rurais e de conhecimentos metodológicos e bibliográficos permitiram construir elementos enriquecedores para este estudo. Nesse sentido, Deslauriers e Kérisit (2008), a propósito do delineamento da pesquisa qualitativa, compreendem como imprescindível neste tipo de estudo: o caráter pessoal, o estar presente e o envolvimento emocional do pesquisador com o objeto da pesquisa. Tais aspectos se constituem como um ponto de partida. Assim, os envolvimento prévios com as mulheres rurais assentadas e com a temática de pesquisa tornaram-se fatores decisivos na escolha da abordagem e do recorte da pesquisa que originou este artigo.

Para esse fim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que buscou uma aproximação teórica e que foi sendo reestruturada e adaptada de acordo com as categorias que surgiam e com suas nuances, sendo construída ao longo do caminho. A teoria foi compreendida como um suporte orientador durante a coleta de dados a campo e um elemento de diálogo entre os dados obtidos a partir da pesquisa de campo, as interpretações e reflexões que conseguimos elaborar no processo de análise. Assim, em consonância com a orientação de Deslauriers e Kérisit (2008, p. 137), “a teoria deve ser vista como um mapa marítimo e não como uma linha férrea”, isto é, as adaptações teóricas fizeram parte da metodologia da pesquisa qualitativa.

O estudo envolveu seis mulheres assentadas em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Elas foram escolhidas intencionalmente, em função do protagonismo e referência construídos nas reflexões e ações em torno do uso de plantas medicinais e de saberes referentes às práticas populares de saúde, junto às suas famílias, comunidades e instituições com as quais tecem relações. Duas delas são mãe e filha e residem próximas, logo, possuem intenso convívio social, ao passo que as demais residem em regiões diferentes do RS e, embora não possuam convívio social cotidiano, se conhecem a partir das relações estabelecidas por meio do Movimento Sem Terra e através de partilhas de momentos de formação e de luta conjuntos. Todas contribuíram com o setor de saúde do MST em diferentes momentos e esferas da organização (local, regional, estadual). Suas idades variam entre 44, a mais jovem, a 65 anos, a mais idosa. Três delas passaram a contribuir com o MST na década de

1980, estando presente na fundação deste movimento. Uma das mulheres é pioneira do MST e passou a contribuir junto ao acampamento, ainda adolescente, pelo fato de seus pais terem ido acampar. Outras três iniciaram suas trajetórias junto a este movimento entre as décadas de 1990 e o início dos anos 2000.

As entrevistas com as mulheres rurais seguiram um roteiro semiestruturado temático, organizado a partir de categorias analíticas centrais, através do qual procuramos compreender suas trajetórias de vida e suas relações com as plantas medicinais, assim como a correlação com a luta pela terra e suas transformações em torno das pautas de cuidado com os outros, consigo e com o meio ambiente. Cada entrevista foi transcrita e organizada a partir de categorias analíticas, algumas delas emergentes das falas e outras já estruturadas anteriormente. Posteriormente, esses arquivos foram unificados por categoria analítica, com o cuidado de manter a identidade das falas que, em relação com as bibliografias, compuseram capítulos temáticos que deram origem ao artigo.

A cada uma das mulheres foi atribuído o codinome da sua planta medicinal favorita. Dessa maneira, preservamos suas identidades, utilizando codinomes de Maçanilha, Camomila, Melissa, Tansagem, Marcela e Arruda. Elas apresentam grandes diferenças entre si, seja de idade, de escolaridade ou de origem étnica, mas o que as une nessa pesquisa é o fato de, em dado momento, terem mobilizado os saberes sobre plantas de uso medicinal para a organização coletiva. Estes saberes, que lhes foram atribuídos como patrimônio familiar e/ou comunitário, foram mobilizados em processos que resultaram em transformações nas suas vidas e na organização do movimento social do qual fazem parte.

O artigo está construído em três partes: a primeira traz a reflexão sobre a constituição dos saberes das plantas medicinais e a maneira como esses saberes são mobilizados na construção dos processos de luta pela terra e no cuidado com as famílias acampadas; a segunda aborda questões relativas ao ressignificado do cuidado no cotidiano da vida dessas mulheres; e a terceira aborda a influência da organização das mulheres, de suas lutas e do ressignificado desse cuidado na absorção de pautas de cunho político/ambientais pelo MST.

MULHERES RURAIS: SABERES COMO PATRIMÔNIO CAMPONES

As trajetórias de vida das mulheres pesquisadas apresentam singularidades, embora apresentem pontos comuns, como o fato de serem filhas de camponeses e de terem iniciado seus aprendizados sobre plantas medicinais ainda na infância, no convívio familiar e comunitário. Em seus relatos de vida, elas revelam que os saberes-fazer sobre as plantas medicinais perpassaram suas juventudes, mas tornaram-se fundamentais durante os acampamentos de lutas pela terra até chegar ao assentamento rural.

Nesse sentido, entendemos que o acúmulo construído ao longo de gerações acerca da vida e da sobrevivência no campo brasileiro se estabelece como herança e é vinculada aos modos de vida camponês. Para Wortmann (2009), esse conhecimento camponês se constitui como um saber complexo sobre uma agricultura diversificada que compreende a relação com a natureza envolta por dádivas. Compreendemos que essa relação com a natureza, que é construída dentro de simbologias que envolvem o divino e o simbólico, chega até as plantas medicinais e os saberes e seus usos, mas também os afetos, o misticismo e das relações sociais.

Neste sentido, Melissa lembra que sua mãe era parteira e que muitas crianças da sua comunidade “nasceram pelas mãos dela”, conforme depoimento: “então, minha mãe era parteira, nas mãos dela nasceram mais de 200 crianças lá na colônia onde a gente morava”. Conta ainda que foi a partir das práticas da mãe que teve seu primeiro contato com as ervas medicinais. Sua mãe a incentivava quando solicitava que buscasse na horta as plantas necessárias tanto para compor a cesta, que levava junto quando era chamada para fazer os partos, quanto para produzir outros remédios que fazia para familiares e conhecidos. O significado que se atribui a uma camponesa que “traz à vida” mais de duzentas crianças, valendo-se dos saberes tradicionais, é de uma grandeza difícil de mensurar para as comunidades, lembrando que o sentido de dádiva também está envolvido no fato de não ser efetivada cobrança pelos serviços, como bem explicitou Melissa em sua fala que descrevia sua iniciação nos saberes sobre as plantas que curam.

Assim como ela, Marcela conta que a avó benzia e fazia garrafadas e seu contato com as plantas medicinais também começou pela transmissão de conhecimentos acumulados pela avó:

Eu tinha a minha avó, né, que sempre trabalhou com os chás, fazia garrafada de remédio naquela época e as pessoas iam na casa dela buscar. Que lembrança boa essa! Os remédios dela eram feito igual tintura. Eu me criei vendo aquilo... Naquele tempo mesmo, há 40 e poucos anos atrás, não tinha SUS, era pago consulta, era pago tudo particular. E por isso, eu acho, e também por ter essa grande dificuldade de morar longe da cidade, longe de um médico, é que a gente usava muito mais as plantas medicinais, né? (Marcela – entrevistada)

Nesse depoimento, ela compara a prática da avó, na preparação das garrafadas, com a produção de tinturas a base de plantas, nomenclatura apreendida por ela dentro das formações proporcionadas nos assentamentos e acampamentos. Marcela também fala sobre o fato de a avó benzer. Ela se emocionou ao lembrar das práticas e dos ensinamentos repassados pela avó e lamenta por não ter apreendido todos os benzimentos com a avó e demonstra compreender que esta é uma prática que tem, gradualmente, se perdido com o passar dos tempos, tornando-se rara pelo fato de não ser apropriada como as plantas medicinais.

Camomila também faz a associação de sua trajetória de vida com os remédios caseiros ao lembrar sua infância junto da avó, que benzia e fazia remédios. Ainda lembrou que a avó, além dos saberes sobre as ervas e os benzimentos, transmitiu valores, como o de não negar ajuda a quem necessitava:

Mas olha, esses remédio medicinal vêm de casa, assim que a gente diz, porque minha vó benzia de quebrante, mal olhado, que diziam olho grande, e fazia chá caseiro. Assim, quando as pessoas chegavam até ela prá pedir, ela nunca negava, foi o exemplo que ela me deu, que até hoje eu tenho como herança. Então, desde o tempo de nova, eu fazia, porque me criei com a minha vó e daí já vinha tomando chá e ensinando chá. Era tudo, na base de chá. A gente sempre morou para fora, era longe, nunca morou na cidade. Daí o remédio mais principal pra nós é os de ervas medicinais. (Camomila – entrevistada)

Nessa fala, ela demonstra compreender a existência de conexão entre o benzimento e as plantas, a relação da natureza com a energia e com a divindade, muito próximo da maneira com que Wortmann (2009) relaciona o que ela conceitua como uma relação triangular entre os seres humanos, a natureza e a divindade. De acordo com a autora, em estudo realizado em Sergipe, famílias camponesas concebem uma construção de respeito e afeto com a natureza, buscando relacionar, com o divino, o que seria um retorno dos céus aos cuidados despendidos em relação à natureza. Nesse sentido, o benzimento invoca, pelas mãos, a energia proveniente dos “seres superiores”, e a planta vinculada ao benzimento traz essa conexão do que é ofertado pela natureza para auxiliar na cura.

A inserção dessas mulheres nos saberes que envolvem a saúde popular e as plantas medicinais se deu ainda na infância, como bem mostram os depoimentos, mas suas inserções nas lutas por direitos e na luta pela terra se constituíram, na sua maioria, na juventude. Algumas foram inseridas pelas Comunidades Eclesiais de Base, pelos grupos de jovens das igrejas, que posteriormente deram origem à Pastoral de Juventude Rural, ou pelos sindicatos rurais, pois todas se identificam como católicas e a única que entrou na luta por terra junto aos pais, ainda adolescente, foi Tansagem, que, por sua vez, é filha de Marcela. As demais iniciaram suas trajetórias de organização coletiva que culminou na luta pela terra a partir das lutas por direitos das trabalhadoras rurais, sendo muito expressivo o depoimento de Arruda nesse sentido:

Eu já era casada ali e, então, eu e meu marido entramos para o grupo das CEBs. Aí, a gente foi também, dentro disso, tendo uma formação política e aprendendo a importância da luta pela terra... Já era uma região que, em 1961, 1962, teve a ocupação da fazenda Sarandi, no tempo do Brizola. Então, já vinha com um exemplo ali e daí em 1978 deu conflito na área indígena Nonoai/ Planalto, os índios contra os colonos. Aí a gente já foi se envolvendo e sentindo os primeiros conflitos de pobre contra pobre. Todos os parentes, esse povo que foi expulso da área indígena, queria o fim dos índios. Porque era um problema de consciência também política e a gente foi ajudando nesta desconstrução, até que, em setembro de 1979, houve a ocupação de duas fazendas no município e o pessoal foi assentado. Quer dizer, é uma herança também das lutas que a gente leva. E isso foi incentivando nós para, em 1981, construir o acampamento da Encruzilhada Natalino. Então, meu marido e eu somos desse acampamento, da Encruzilhada Natalino. (Arruda – entrevistada)

Ela acrescenta que as lutas conjuntas da década de 1980, período marcado pelos movimentos sociais de luta pela terra e pela organização de mulheres rurais, permitiram a conquista de muitos direitos, entre eles o reconhecimento da categoria agricultora ou trabalhadora rural, que até então não era reconhecida.

[...] as mulheres da roça podiam ir até com o CPF do marido para resolver algumas coisas, não tinha modelo de produtor, nada. Aqui no RS, se não me engano, foi em 1984 que o Pedro Simon, o primeiro governador que autorizou o modelo de produtor para a mulher. Mas não é porque ele é bom, não, é porque foi uma luta nossa. Então, nós tivemos uma luta muito grande pela documentação da mulher, por uma questão de identidade, né e também com isso foi garantindo os direitos sociais. Tanto é que em 1988, né, na constituição de 88 a gente avançou para o direito da aposentadoria da trabalhadora rural. (Arruda – entrevistada)

Arruda ainda complementa dizendo que estas foram importantes conquistas que encorajaram as mulheres a continuarem organizadas nos processos de luta, dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seu município de origem. O depoimento de Arruda reconstituiu uma peculiaridade da luta interna nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais: o fato de que as mulheres, na busca por reconhecimento do direito de se filiar ao sindicato para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, tiveram que, além de apoiar candidaturas masculinas que fossem favoráveis à sua pauta, fazer campanha junto aos homens, pois elas não tinham direito a voto. Logo, necessitavam convencer uma maioria de homens de que a chapa que apoiasse suas pautas era a melhor opção para dirigir o sindicato. Isso demonstra que a unidade obtida na conquista destes direitos teve que ser mais ampla, elas tiveram que convencer seus companheiros de vida e seus companheiros de luta de que eram dotadas dos mesmos direitos deles, demonstrando que houve uma unidade construída entre homens e mulheres do campo pela conquista destes direitos.

Os fatos em torno das conquistas de direitos pelas mulheres rurais no Brasil, na década de 1980, que são descritos na bibliografia, são reafirmados pelas memórias das mulheres rurais: os processos de coalizão de forças populares na luta pela aprovação de direitos constitucionais no Brasil, que desencadearam movimentos unificados de mulheres rurais trabalhadoras pela conquista de direitos até então inexistentes, que incluíam o direito à propriedade de terra pelas mulheres, somente foram conquistados legalmente com a Constituição de 1988, assim como o direito à aposentadoria rural, ao auxílio doença e à licença maternidade rural. Estes direitos só foram efetivados em função das grandes mobilizações sociais e do reconhecimento da categoria agricultora ou trabalhadora rural, como afirma Brumer (2002):

Já no início da década de 80, a inclusão na pauta das reivindicações da extensão da aposentadoria às mulheres trabalhadoras rurais e a mobilização das próprias mulheres foram vistas como uma estratégia política. Essa mobilização, que incluiu encontros com milhares de participantes e caravanas a Brasília, para pressionar os parlamentares que deveriam discutir e aprovar a nova legislação, foi intensa e constituiu um fator importante na aprovação das leis incluídas na Constituição de 1988 (Brumer, 1990, 1993, apud Brumer, 2002).

Essas lutas por direitos, protagonizadas pelas mulheres rurais, parecem ter sido a porta de entrada para muitas mulheres no mundo de reivindicação de direitos e de cidadania, assim como a entrada na luta pela terra, pois elas citam essa trajetória em suas lembranças, que se encontram vinculadas às plantas medicinais, trazendo a reflexão de que sempre tinham algum remédio junto

de si para acalmar os males que afligiam as companheiras, como aponta a fala de Marcela, quando questionada sobre onde ficavam as plantas medicinais durante essas lutas:

Junto com nós, nas atividade, nas luta, a gente levava chá, pomada pros calo quando tinha marcha. E também a gente sempre escutava o povo, porque quando a gente fica muitos dia fora de casa, as vez, só de ser ouvido um pouco a gente já melhora, porque a dor as vez é a da saudade. (Marcela – entrevistada)

A reflexão de Marcela apresenta como as mulheres levam sempre seus saberes consigo, seja nos remédios feitos a partir de plantas, que se encontram com elas, seja na acolhida e na escuta realizadas entre companheiras, que sabiamente são compreendidas por Marcela como um dos principais “remédios”. Isso traz a coletividade para o centro do processo: acolher a saudade alheia, entender a dor da outra, saber ouvir e saber se doar fazem parte também da luta para conseguir manter a resistência.

Desta forma, as lutas por um pedaço de chão e as lutas pelo reconhecimento de direitos se constituíram paralelamente. Sobre a chegada e acolhida no acampamento, assim como a inserção nas tarefas internas, Marcela recordou que sua contribuição em tarefas internas do MST iniciou na área da saúde, e que, a partir dos ensinamentos de sua avó, despertou para o cuidado.

(...) eu lembrava do que que a avó ensinava para a gente. Ela ensinava a fazer o chazinho, como fazia, dizia para que que era bom, isso trata isso, essa planta é essa... E, depois, quando a gente veio pro acampamento, na verdade, foi no acampamento que eu me despertei também para cuidar da vida mais, cuidar das pessoas. Fazer o xarope para a gripe quando era inverno. Fazer a pomada pros calos, pra machucado, pra quem se cortava, ou nas marchas, que fazia os calos. Então, a gente foi buscando cada vez mais o conhecimento, tentando conhecer cada vez mais plantas. No movimento, a gente teve mais experiência porque sempre tinha quem sabia né, sempre tem quem tem mais experiência. A gente reunia o grupo de mulheres pra fazer a discussão da saúde, de como cuidar a planta, de como tratar as pessoas e isso fortalece cada vez mais. Eu me senti muito fortalecida na questão das plantas medicinais. (Marcela – entrevistada)

A fala de Marcela é representativa da fala de cada uma delas, que rememoraram as vivências nos acampamentos e a inserção nas tarefas a partir da saúde e da educação. Isso, porém, não quer dizer que elas não ocuparam, ao longo do tempo, inúmeros outros espaços e tarefas, mas que se inseriram por onde tinham maior acúmulo, pelas tarefas do cuidado, que historicamente é atribuído às mulheres a partir da divisão sexual do trabalho. Pois, segundo Kèr goat (2009), o cuidado se encontra no rol das tarefas denominadas reprodutivas e atribuídas às mulheres. Assim como o MST, as mulheres Sem Terra também foram se transformando e transformando suas relações sociais, organizando-se internamente e reivindicando espaços de destaque em seus assentamentos, suas comunidades e dentro das instâncias do próprio movimento, como afirma Shewendler (2015). No caso das nossas interlocutoras, elas foram se constituindo como protagonistas de suas próprias histórias a partir da inserção no coletivo do MST, o que permitiu que, ao mesmo tempo que

fortalecessem o uso das plantas e o reconhecimento das práticas de saúde popular, elas abrissem caminho para a construção de trajetórias políticas pela inserção nos espaços de decisão e direção.

Essas mulheres que, junto com milhares de outras, se mobilizavam na luta por direitos, por melhores condições de vida e por mudança social não são as primeiras camponesas a lutar para mudar suas realidades, antes delas muitas outras construíram suas trajetórias de luta. Neste sentido, Perrot (2006), em estudo sobre a história das mulheres, a partir de análises em arquivos policiais e judiciais dos séculos XVII e XVIII, revela a participação das camponesas nas revoltas contra a expropriação de terras comunais. Federici (2017), ao analisar a formação da acumulação primitiva de capital e sua relação com as mulheres, destaca a perseguição àquelas que detinham saberes sobre as plantas medicinais que, segundo a autora, permitiam o controle da natalidade. Em Conte (2013), em estudo sobre atuações das mulheres camponesas latino-americanas ao longo da História, demonstra que as mulheres indígenas, assim como as africanas e uma parcela das imigrantes europeias, construíram aqui, neste continente, trajetórias de lutas e de resistências, especialmente frente aos processos que colocavam em risco seus viveres cotidianos e suas famílias.

As nossas interlocutoras, que estiveram presentes em diferentes momentos dos conflitos pela terra, recordam de uma luta como um divisor de águas tanto para seu reconhecimento interno quanto frente à sociedade: a ocupação do viveiro da Aracruz Celulose, em 2006, pelas mulheres da via campesina. Aquela luta protagonizada por mulheres dos movimentos sociais do campo, segundo Paulilo (2016), rompeu silêncios existentes e denunciou à sociedade os riscos ambientais trazidos por aquela proposta de desenvolvimento. Porém, ao mesmo tempo, também rompeu silêncios em torno de suas trajetórias políticas e protagonismos, permitindo um vislumbrar da experiência de luta vivida como um processo transformador e pedagógico, como afirma Caldart (2000), não só de si mesmas, como do seu coletivo e das relações cotidianas que estabelecem.

Assim, compreendemos que, por meio de formações e de espaços de “mística” que rememoram vivências e trajetórias históricas, nossas interlocutoras trazem consigo o legado de muitas camponesas que viveram antes delas e que ousaram lutar por melhores condições de vida.

No cotidiano, elas se reconstróem através da produção de alimentos, dos conhecimentos populares em saúde, da transmissão dos saberes, do afeto e do respeito à natureza e da coletividade, que permitem sua emancipação por se construírem ao longo do tempo. Tais processos possibilitam a construção da emancipação dos sujeitos que se apoiam na pluralidade, estando de acordo com a concepção de coletividade apresentada por Kêrgoat (2016). Para essa autora, a construção da emancipação se edifica com sujeitos que se apoiam na pluralidade intrínseca para se constituir, trabalhando a dialética entre indivíduo e coletivo. Como reforça Schwendler (2015), esse processo não se deu sem resistências internas, mas se constituiu dialeticamente ao longo da história do MST.

MULHERES RURAIS: O CUIDADO NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Os saberes e fazeres, transmitidos ainda na infância nas convivências familiares e comunitárias, ganharam novos significados nos processos de lutas pela terra e nos trabalhos nos assentamentos rurais. As relações com as plantas medicinais estão vinculadas às tarefas do cuidado, que são socialmente atribuídas às mulheres através da divisão sexual do trabalho, vinculada à ordem patriarcal. Assim, essas tarefas são historicamente invisibilizadas, permeadas por relações de gênero que reproduzem relações de poder e de dominação masculina, em conformidade com o que aponta Bourdieu (2002).

No entanto, essas mulheres ressignificam as práticas e saberes sobre as plantas, concebendo-as como primordiais não somente para sua família e sua comunidade, mas também para a soberania dos povos, o que os transforma em potenciais para a emancipação feminina, como mostra a fala de Marcela enquanto criticava uma fala em um evento sobre a opressão das mulheres rurais:

Eu sou da área social, da saúde, mas eu tô envolvida na educação lá da região, eu tô envolvida com os grupos de mulheres, eu tô envolvida lá na cooperativa, no cuidado com os grupos gestores, então a gente tem muita coisa para fazer e eu não me dedico só às planta... Nós não somos essas mulher tão oprimida, sofrida e invisibilizada. Nossas camponesa, nossas Sem Terra, não são mais essas [...] Nossa luta nos faz ser vistas, lá onde eu moro pelo menos, muita coisa já mudou. E mudou por que nós lutemos por nós, pela sociedade e pela natureza (Marcela – entrevistada).

Compreendemos que suas práticas, contribuem para a conservação da sociobiodiversidade, que envolve a cultura popular e seus saberes-fazer a partir da biodiversidade local. Assim, no e protagonismo nas lutas pela terra, passam a incluir narrativas de lutas pela vida no planeta, como demonstra a fala de Tansagem:

E aquilo fica registrado na memória da gente e a gente vai buscando depois entender o que eles falavam... Mas já era dizendo que a natureza nós temos nas nossas mãos e nós temos que preservar para ela nos dar o retorno depois. Então, quem está aqui tem este dever, de zelar tanto pela terra quanto pelos patrimônios históricos nossos, né? (Tansagem – entrevistada)

Este ressignificar do tema se encontra muito próximo à problematização que Joan Tronto (2007) traz sobre a necessidade de construção de uma visão holística do cuidado, que envolva desde o autocuidado até o cuidado com a vida no planeta. Essa reflexão apresenta proximidade com a fala de Marcela:

A gente vive nesse planeta, de cuidado, a minha relação é essa. Eu fico muito triste quando eu vou em um lugar que não tem mais marcela, que não tem espinheira santa, e tem muitas plantas que tu olha e já não encontra mais. Nessas região onde é muito usado o veneno, tu pode ter certeza que nós não encontramos mais todas as plantas que são da natureza. Por isso que eu digo, nós temos que acreditar na planta medicinal e na alimentação saudável por que é isso que cura também, não adianta tomar um chá e se alimentar mal e beber mal. Então, o meu princípio de vida é continuar lutando e sonhando que todas as pessoas cuidem da terra primeiro lugar, que não esparramem veneno, por que as plantas precisam viver naturalmente, não precisa ser lá no canteiro. (Marcela – entrevistada)

Na memória coletiva das mulheres entrevistadas, percebemos que a concepção de cuidado durante o período em que essas se encontravam nos acampamentos do MST está vinculada à saúde dos seres humanos e aos processos de saúde/doença, possivelmente porque a própria situação de vulnerabilidade e precariedade vivenciadas exigiam que todo o foco das ações de saúde e de cuidado fosse voltado para os seres humanos. Porém, elas demonstram que havia uma solidariedade coletiva muito grande dentro dos acampamentos, especialmente das pessoas que faziam parte das equipes de saúde, e que a troca de saberes permitia a utilização de espécies não comumente usadas como medicinais, ampliando o horizonte dos conhecimentos, como mostra o depoimento de Tansagem:

Sabe aquela coisa que dá nas árvores, que fazem os pinheirinhos e enfeitam? A gente fazia cataplasma para desinflamar a garganta, porque no acampamento não existia assim, tu ir lá comprar um remédio. Não...Tinha a brigada de saúde e tal, mas só que as pessoas, muitos não conheciam, outros conheciam, e eu tinha muito isso. Como eu aprendi com o vô e a vô, então eu tinha aquilo que eu podia fazer, me sentia na obrigação de dizer assim: “Oh, eu posso fazer alguma coisa por alguém...” Eu fazia o chá, fazia o xarope da cebola. De noite, então, eu passava de barraco em barraco distribuindo uma dose para cada um. “Ah, você não tá bem, tá com tosse, tá com febre, vamos fazer uma cataplasma de barro ou vamos fazer uma cataplasma de barba de bode.” (Tansagem – entrevistada)

Como se pode observar na fala de Tansagem, pela solidariedade e pela inserção nas tarefas do cuidado (saúde e educação), as mulheres rurais construíram estratégias de transposição dos limites do cuidado familiar para uma atuação coletiva, trazendo alento a quem necessitava e valorizando as próprias ações e dos próprios saberes. Estes relatos apresentam uma concepção política de que o cuidado e o trabalho com as plantas podem ser considerados mobilizadores, como apontam Erice e Marques (2017), em texto sobre como as mulheres do MMC compreendem as práticas de saúde e do cuidado como ações e concepções do fazer política, na medida em que mobilizam e motivam a participação feminina. Para as autoras, tal perspectiva questiona a maneira de fazer e perceber política, que não se limita apenas ao que é construído a partir de representação e legitimação em espaços públicos.

Nesse sentido, cabe resgatar que o cuidado, dentro da divisão sexual do trabalho é concebido como tarefa feminina, por se encontrar dentro do que se determina na sociedade patriarcal como tarefa reprodutiva. Esse trabalho, muitas vezes concebido como invisível, é alvo de reflexões para teóricas do cuidado, como Tronto (2007), que problematiza a atribuição do cuidado apenas às mulheres, mesmo que todos os seres humanos necessitem dele em algum momento da vida.

Dessa forma, a afirmação de que estas práticas e saberes são atribuídos socialmente às mulheres se expressa na realidade vivenciada pelas nossas interlocutoras de algumas formas: quando cinco delas relatam que adquiriram seus saberes a partir de relações existentes com as mães e/ou avós. A única interlocutora que relata o avô como detentor destes conhecimentos faz referência a sua origem indígena, o que também remete a uma reflexão sobre uma construção cultural diferente da

denominada androcêntrica ocidental, pois os pajés, detentores destes saberes, são homens e, dentro da cultura indígena, é uma atribuição de poder. Outro exemplo de atribuição às mulheres se apresenta quando nenhuma delas relata os pais como detentores destes conhecimentos e destas práticas. Ainda no mesmo sentido, elas relatam a resistência dos filhos em cultivar estes saberes a partir da prática, enquanto que as filhas apresentam muita cumplicidade com esses. Além disso, elas também atribuem a si próprias as tarefas de preparo de remédios caseiros e da própria transmissão dos saberes.

Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho parte das construções sociais existentes que determinam as condições em que vivem homens e mulheres, e estes, por sua vez, estão envolvidos em relações entre os sexos, que apresentam sua materialidade expressa na divisão social do trabalho entre eles. A autora afirma que esta divisão do trabalho não é apenas uma separação de tarefas entre homens e mulheres, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, caracterizada pela destinação prioritária dos homens às tarefas produtivas e de forte valor social agregado; e das mulheres às tarefas reprodutivas ou domésticas, e, conseqüentemente, de menor valorização social. Assim, a autora denomina os dois princípios organizadores: o da separação (trabalho de homem e trabalho de mulher) e o da hierarquização (um trabalho de homem vale mais do que o de uma mulher).

Nesse sentido, atividades vinculadas ao autoconsumo e à alimentação da família também são socialmente atribuídas às mulheres, como deixa nítida a fala de Marcela, quando afirma ser uma agricultora que não lida mais na horta nem tira mais leite. Porém, como destaca Paulilo (2016), em análise do trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais, a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo no campo torna-se bem mais difícil de ser visualizada, em função de não existir uma separação entre a unidade familiar e a unidade de produção. A autora aborda a relação entre a produção e o mercado, e a divisão entre trabalho produtivo e não produtivo a partir da compreensão do sistema econômico vigente, assim como as mudanças impostas desde a sua implantação, e afirma que, a partir da subordinação da sociedade ao mercado, imposta pelo capitalismo, o único trabalho que passa a merecer a denominação de produtivo e receber remuneração é aquele vinculado às atividades consideradas econômicas, dando origem a essa separação. Além disso, explica que, no campo, devido fato de não haver explícita separação entre unidade familiar e de produção, esse limiar se torna tênue. Paulilo (2016) apontava ainda, em pesquisas realizadas em diferentes regiões do país, nas décadas de 1980 e 1990, que as denominações trabalho “pesado” e trabalho “leve” não eram baseadas no esforço físico despendido para execução deste trabalho, mas no sexo de quem o executava, sendo trabalho “pesado” o que era realizado pelos homens e trabalho “leve” o realizado por mulheres e crianças. Da mesma forma, as denominações trabalho produtivo e trabalho doméstico estavam vinculadas não ao destino da produção, mas sim ao sexo de quem o executa.

Para o feminismo clássico, concebido tanto a partir de ideias iluministas, socialistas ou liberais provenientes principalmente do continente europeu, que concebem as mulheres de forma universal,

seja na sociedade em geral ou dentro da classe trabalhadora urbana, considera o cuidado uma mazela. No entanto, queremos ressaltar, que a noção de cuidado, para nossas interlocutoras, parece estar vinculada ao empoderamento quando este se encontra imbricado aos saberes em torno das plantas medicinais e dos cuidados com a saúde, permitindo a realocação de relações de poder a partir da valorização dos seus saberes, seja pela comunidade, seja pela coletividade do movimento de luta pela terra. Reiteramos que, para Brah (2006), Bidaseca (2011), Lugones (2014), existe, por parte de uma parcela dos feminismos da primeira e da segunda onda, uma concepção de mulheres latinas, não brancas e pobres, como pessoas que portadoras de grandes necessidades e dotadas de baixa liberdade, o que reitera a colonialidade de poder descrita por Quijano (2000), desconsiderando os processos subjetivos constituintes das lutas dessas mulheres como potenciais transformadores da realidade em que vivem.

As entrevistas nos mostraram que as mulheres que contribuíram com a pesquisa detêm o domínio dos processos de produção de remédios e dos saberes sobre as plantas. Com isso, elas têm conquistado o respeito não só de suas famílias, mas de suas comunidades e da própria sociedade local, mexendo profundamente com a autoestima, construindo processos emancipatórios a partir do protagonismo conquistado, como mostra a fala de Camomila:

Eu gosto que me procurem, me sinto bem [...] O maior prazer meu é ajudar as pessoas. Quando vem, já que me pedem, eu já vou correr atrás das erva e vou ver. Eu tô sentindo que eu tô sendo muito valorizada e acho que isso que eu tô fazendo é uma coisa boa, que tão me procurando e que o valor que eu tô tendo pra isso, pra vida das pessoa é importante, né?! Me sinto mais ainda orgulhosa, que daí eu sei alguma coisa, mesmo eu não tendo o estudo, mesmo assim eu acho que é um valor muito grande pra gente. Poder ajudar as pessoas que necessitam, ter aquela vontade e poder fazer. [...] Eu acho que a gente tem que se liderança, por que a gente sentir que tá ajudando, é ser liderança, já, né? As vez vem pessoas que a gente nem sabe se vai conhecer, nem conhece ou sabe que existe, quando vê chegam na casa da gente e sabem que a gente existe para pedir ajuda com os remédio, isso daí é muito bom, né? Chega e diz: “- Oh, lá em Santa Maria o fulano me falou...” (Camomila – entrevistada)

Camomila demonstra com esta fala o quanto se sente valorizada pelo reconhecimento social conquistado em torno dos saberes sobre as plantas medicinais. Ela traz elementos que demonstram o quanto sua autoestima é fortalecida, quando afirma que, embora tenha baixa escolaridade, ela é reconhecida por pessoas que nunca pensou que a conheceriam e que a procuram em busca de ajuda. Além disso, demonstra que se sente realizada com o fato de poder ajudar as pessoas e que entende seus saberes e suas práticas como importantes para pessoas que ela teve a oportunidade de conhecer em função deles.

Neste sentido, Kèrgoat (2016), no investimento para compreender a complexidade do cuidado dentro das relações sociais e do trabalho no Brasil e na França, afirma que a construção da emancipação dos sujeitos se dá a partir da coletividade, porém não uma coletividade que negue a diversidade existente, formando uma homogeneidade na qual as individualidades desaparecem. Para

a autora, a construção da emancipação se edifica com sujeitos que se apoiam na pluralidade intrínseca para se constituir, trabalhando a dialética entre indivíduo e coletivo.

No espaço do acampamento, ao mesmo tempo em que a valorização do trabalho com as plantas transforma as mulheres, o trabalho no espaço coletivo reformula a compreensão de mundo; daí que a planta é transformada em remédio e também pode transformar as concepções de quem o recebe. Tal concepção apresenta consonância com a afirmação de Kèrgoat (2016), de que o trabalho é transformador das pessoas e da natureza. Através das relações estabelecidas por meio do trabalho, as pessoas transformam-se e transformam a natureza.

Assim, cremos que a compreensão do cuidado dessas mulheres também se transformou ao longo dos anos e, o que era limitado aos seres humanos no período em que se encontravam acampadas, devido à precariedade estrutural da situação, ganhou, a partir dos assentamentos e das vivências nos lotes, compreensões mais amplas, envolvendo a saúde dos seres humanos, na relação com a preservação ambiental, com a defesa da biodiversidade, com as espécies ameaçadas e, especialmente, com os riscos que os agrotóxicos oferecem a toda as formas de vida no planeta. Tais reflexões trazem relações camponesas com a natureza, que se viram limitadas no período em que se encontravam acampadas, mas que são descritas nas memórias de suas infâncias e juventudes e que já foram descritas anteriormente no texto e descritas por diferentes autores que se dedicam aos estudos antropológicos do campesinato brasileiro, como Woortmann (2009), Brandão (1991) e Candido (2010).

MULHERES RURAIS: RESSIGNIFICANDO A NOÇÃO DE CUIDADO

A transformação na concepção de cuidado pelas mulheres do MST a partir dos acampamentos de luta pela terra permitiu transpor a barreira familiar do cuidado, possibilitando concebê-lo de maneira coletiva e valorizar os saberes e as práticas mobilizadas em prol da comunidade. No entanto, a partir da chegada aos assentamentos, elas passaram a cultivar o cuidado para além dos seres humanos, chegando ao cuidado com os animais, com as plantas, com a terra e com a vida.

Nossas interlocutoras nos mostram uma concepção da terra conquistada que envolve simbologias vinculadas à dádiva e à divindade. Trazem reflexões que demonstram muito afeto pelo espaço de vida conquistado e demonstram imensa gratidão à natureza pelo que lhes é ofertado.

A fala de Marcela demonstra esta compreensão mais complexa do cuidado e reflete a concepção que ela possui hoje, que está vinculada à preocupação com a redução de muitas espécies nativas de plantas medicinais, em decorrência das ações dos seres humanos e do uso de agrotóxicos.

A gente vive nesse planeta, de cuidado, a minha relação é essa. Eu fico muito triste quando eu vou em um lugar que não tem mais marcela, que não tem espinheira santa, e tem muitas

plantas que tu olha e já não encontra mais. Nessas região onde é muito usado o veneno, tu pode ter certeza que nós não encontramos mais todas as plantas que são da natureza. (Marcela – entrevistada)

Para ela, o momento que estamos vivendo representa muitos riscos à natureza e à vida e por isso o autocuidado – que passa pela alimentação e cuidados pessoais com a saúde – e o cuidado coletivo – que está vinculado ao cuidado da terra, do meio ambiente e da vida no planeta – são fatores centrais para a reflexão em torno da vida humana. Ela defende um viver solidário não só com todos os seres humanos, mas com todos os seres vivos e os elementos da natureza.

Esta reflexão traz um sentimento que vai além de uma simples compreensão do cuidado, ela traduz uma preocupação sobre as formas de apropriação da natureza, demonstrando uma consciência complexa da relação entre as formas de vida, a alimentação e a saúde. Além disso, apresenta uma grande preocupação com o planeta, baseando-se em uma relação que se sobrepõe à preocupação natural com suas condições de vida, de seus familiares ou com as futuras gerações humanas, fundando-se na solidariedade com o planeta e com toda a vida existente nele.

Tansagem agrega um novo elemento quando relata que o cuidado com a natureza era um dos princípios ensinados pelos seus avós, enquanto aprendia sobre as plantas medicinais. Parece que estes princípios não ficavam nítidos para ela enquanto aprendia. Mas, hoje, ela compreende que seus avós já se remetiam à proteção à natureza como uma maneira de manter a relação de troca com a mesma, na qual o cuidado seria o princípio e a natureza retornaria ofertando as plantas e as ervas para fazer o remédio, enquanto o solo fértil produziria alimentos, e complementa, conceituando, o que é cuidado:

É cuidar da alimentação, cuidar da água, cuidar do bem estar de uma sociedade, por que se tu vive sozinha tu não vai viver. E a questão das plantas medicinais é muito isso. É tu dizer que a nossa sociedade precisa entender que nós não precisamos morrer de depressão porque vamos usar, que eu nem sei te dizer qual é o veneno, mas eu sei que tem um veneno horrível... Eu fui visitar os parentes e isso me deixou muito triste, muito triste. Porque, quando eu cheguei na casa deles, um tava com tumor no cérebro, o outro tava com câncer não sei aonde, o outro tava com uma ferida que não cicatriza. A mulher tomava remédio vinte e quatro horas, para dormir, para dor, para não sei o que, para não sei o que... Aí eu olhei assim: “- O deserto verde!”. (Tansagem – entrevistada)

Em sua fala, ela relaciona o uso de agrotóxicos como fator de propagação de doenças e destruição da natureza. Compreendemos que esta relação de cuidado com a natureza está imersa em valores, sentimentos e consciências despertados através de suas vivências cotidianas e das formações recebidas, que têm proporcionado a construção do que Puleo (2012) denomina “ética ecológica”. A lógica de que tudo se justifica a partir do lucro monetário que se alcança por certos cultivos e do conforto para alguns seres humanos é denominada por Alicia Puleo (2012) como “antropocentrismo extremo”. Tal lógica é condenada pelas nossas interlocutoras, que, em suas falas, condenam essa forma de se relacionar com a natureza. Nessa visão de mundo, segundo a autora, a compreensão é de que “só os seres humanos são dignos de consideração moral” (Puleo, 2012, p. 41) e que todos os demais seres vivos são percebidos como simples meios para a acumulação humana. A autora

acrescenta que esta concepção se constituiu a partir da ideia de que tudo o que existe na Terra está em função dos homens e que o ecofeminismo considera que esta concepção tem suas bases fundamentadas no patriarcado, na medida em que o pensamento androcêntrico relacionou a natureza à mulher, ao mesmo tempo que desvalorizava todas as formas de percepção do mundo consideradas femininas.

Nesse sentido, uma compreensão mais ampla de cuidado, que engloba a natureza e as relações com as pautas ambientais foi sendo construída ao longo do tempo pelas mulheres que entrevistamos e se alicerçou nas organizações coletivas que elas compõem, como mostra Costa (2019). Isto torna-se mais claro quando analisamos, comparativamente, suas falas sobre as ações desenvolvidas e as noções de cuidado em três momentos: antes da sua relação com o movimento Sem Terra, no interior dos acampamentos, e, com o passar do tempo, nas relações de cuidado nos assentamentos.

A fala de Arruda é muito significativa dessa reflexão, entendendo os assentamentos como espaços de disputa entre concepções de mundo que contribuem para a construção de novas questões para as lutas do MST:

Primeira questão, tem que levar em consideração que os nossos territórios eles estão sempre em disputa com o agronegócio e onde o agronegócio consegue entrar, ele também vai cada vez mais diminuindo as espécies das nossas plantas. Então, essa é a primeira briga maior que nós temos que lembrar, né. Segundo, se nós temos uma proposta diferente na luta pela terra, nós temos que ter uma proposta diferente para a educação, nós temos que ter uma proposta diferente para a cultura, temos que ter uma proposta diferente para a questão de gênero e também para a saúde, né. Então, acho que isso vai nos empoderando como Sem Terra para nós, cada vez mais levar adiante esse projeto de sociedade e de ser humano que nós queremos construir. (Arruda – entrevistada)

Essa fala nos permite compreender que a transformação na concepção do cuidado pelas mulheres do MST está vinculada à transformação na concepção da luta pela terra através movimento. O MST, que nos anos 1980 e 1990 tinha como preocupação tornar áreas improdutivas em produtivas e transformar a sociedade, atualmente incorporou pautas muito mais amplas como o comprometimento com a produção de alimentos saudáveis, defesa do meio ambiente, da biodiversidade, além de absorver as pautas históricas da diversidade social como estratégias de transformar a sociedade. Isso pode ser observado a partir das práticas de produção orgânica em diversos assentamentos da reforma agrária, da defesa da agroecologia e das campanhas de plantio de árvores e de doação de alimentos saudáveis durante a pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres rurais que foram nossas interlocutoras nessa pesquisa demonstram ter desenvolvido, ao longo de suas vidas e a partir de seus saberes, uma concepção de cuidado que engloba o cuidado com a vida no planeta e que compreende esse como central para a vida humana e que, portanto, deve ser compartilhado entre homens e mulheres. Essa concepção diferenciada de

cuidado foi construída a partir das suas trajetórias sociais e políticas. Entendemos que as vivências políticas permitiram que as desigualdades de poder nas relações de gênero fossem questionadas, proporcionando acúmulo de ideias e práticas para construir um feminismo próprio delas.

As mudanças ocorridas nas representações, práticas, socializações e lutas, tornaram essas mulheres rurais protagonistas, por trazerem olhares diferenciados para a construção social de relações fundamentadas no afeto e no cuidado, seja no âmbito das famílias, do movimento de pertença, da sociedade ou do planeta. Os saberes que elas mobilizam, cuidam, guardam e transmitem são primordiais para a humanidade e para o mundo, na medida em que colocam o necessário cuidado com o outro e com a natureza. Essas questões foram demonstradas durante a pandemia da covid-19, quando, mesmo com todo o revés de políticas públicas de incentivo à produção, o MST realizou massivas doações de alimentos, com grande protagonismo feminino.

Dessa forma, a solidariedade Sem Terra se manteve e se mantém. Aqueles e aquelas que, frente a concepção de acúmulo de capital, têm menos a oferecer são os /as que têm ofertado solidariedade, cuidado e afeto a partir da ação política de doação de alimentos aos setores mais necessitados da sociedade.

Os saberes e os sabores que são passíveis de serem mantidos em terras de reforma agrária são muito diferentes daqueles que permitem as safras recordes em anos de agravamento da fome. Assim, a luta pela terra, pelos territórios e pela vida no planeta nunca foram tão atuais e a solidariedade é uma semente plantada no coração dos assentamentos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. BRANDÃO, C. R. *O afeto da terra*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 26. p. 329-376, 2006.
- BRANDÃO, C. R. *O afeto da terra*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BRUMMER, A. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun., 2002.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- DESLAURIERS, J.; KÈRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127 – 153.
- ERICE, A. S; MARQUES, F. C. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. In: *Estudos feministas*, Florianópolis, SC, v 25, n 2, p. 683-705, maio/agosto, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806.9584.2017v25n2p683>.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

- KÈRGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UDESP; Paris: République Française, 2009.
- KÈRGOAT, D. O cuidado e a imbricação dos saberes sociais. In: ABREU, A.R.P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs) *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas intersectoriais*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC. 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.
- MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9 – 30.
- PAULILO, M. I. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PULEO, A. Anjos do ecossistema? In: FARIA, N.; MORENO, R. (Orgs) *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012.
- SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan./mar., 2015.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, RS, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.
- SHIVA, V. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2002.
- TRONTO, J. C. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.
- WORTMANN, H. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A.; MARIN, R.A. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. - Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.2v.